

ACORDO DE COOPERAÇÃO
ENTRE O
ICP-ANACOM AUTORIDADE NACIONAL DAS COMUNICAÇÕES
E A
AUTORIDADE NACIONAL DA CONCORRÊNCIA

I

Introdução

1. O artº nº 29 da Lei nº 18/2003 de 11 de Junho fixa as linhas a que deve obedecer a necessária articulação entre a actuação da Autoridade da Concorrência e a intervenção de reguladores sectoriais. Nos termos daquele inciso legal e com base num obrigatório sistema de informação recíproca, é atribuída à Autoridade da Concorrência a faculdade de sobrestar na sua decisão de instaurar ou prosseguir um inquérito ou um processo, resolvendo-se assim eventuais conflitos negativos ou positivos de competências, com certeza que independentemente do dever geral de colaboração da qual nenhuma Autoridade se pode eximir, e como também expressamente impõe a atinente disposição dos estatutos da Autoridade da Concorrência.
2. Assim, o presente acordo tem por objectivos facilitar a cooperação entre as Partes no cumprimento das respectivas funções de acordo com as atribuições que lhe estão legalmente conferidas, evitar duplicação de trabalho entre as Partes, e assegurar coerência entre as decisões ou medidas tomadas pelas Partes.

EM EXECUÇÃO DO DISPOSTO NO ART. 15 DA LEI Nº 18/2003, DE 11 DE JULHO,
AS PARTES ACORDAM NO SEGUINTE :

Cláusula 1ª

[Prazo]

O Acordo inicia-se na data da sua assinatura e é válido por um período de três anos, sendo a respectiva renovação automática, por sucessivos períodos de igual duração.

Cláusula 2ª

[Revisão]

O Acordo será revisto anualmente pelas Partes, ou em qualquer momento a pedido de uma das Partes.

Cláusula 3ª

[Permuta de Informação]

1. Quando uma das Partes o solicite por escrito, a outra parte fornecerá à parte requerente a informação na sua posse, desde que considere o pedido razoável. A solicitação especificará os elementos pedidos, estabelecerá que a informação é pedida pela Parte requerente com o objectivo de dar cumprimento às respectivas funções e apresentará as finalidades particulares do requerente cuja prossecução exigem a informação solicitada.
2. Os pedidos de informação têm de ser formulados por escrito, considerando-se para o efeito que a expressão "por escrito" inclui correio electrónico. Em caso de urgência, os pedidos de informação e as respectivas respostas podem ser apresentados oralmente num primeiro instante, desde que tanto as solicitações como as respostas sejam subsequentemente confirmadas por escrito.

3. As regras de confidencialidade associadas à informação cedida pela parte solicitada aplicam-se à parte requerente, para qualquer informação cedida nos termos deste acordo.
4. A Parte requerente pode pedir que a própria solicitação de informação seja mantida confidencial.
5. As Partes comprometem-se a usar a informação exclusivamente para os fins descritos na solicitação.
6. Se a parte requerente pretender usar a informação para fins diversos daqueles expressos na solicitação, terá primeiro que obter a aprovação por escrito da parte solicitada.

Cláusula 4ª

[Articulação entre Autoridades]

1. As Partes estabelecerão um sistema de contactos periódicos entre serviços de ambos, previamente indicados, que permita identificar as matérias em apreciação no âmbito das respectivas atribuições e com a finalidade de prevenir a sobreposição ou omissão de actuação.
2. Sempre que as Partes se apercebam de que se encontram a analisar a mesma situação deverão proceder a consultas mútuas ao nível dos respectivos Conselhos de Administração no âmbito das quais será determinada a parte competente para a tomada de decisão final, abstendo-se a outra de qualquer intervenção subsequente que não seja a resposta a um processo de consulta.

3. Tendo por base a distinção entre os conceitos de regulação “ex-ante” e “ex-post”, as Partes acordarão na definição de critérios que assegurem a objectividade e rigor na determinação da entidade competente para efeitos do disposto na presente cláusula.

Cláusula 5ª

[Alterações]

Este acordo pode ser alterado em qualquer momento por acordo entre as Partes. Qualquer alteração acordada será estabelecida por escrito, assinada por ambas as Partes ou por seus representantes autorizados e entrará em vigor na data estabelecida pelas Partes.

Cláusula 6ª

[Divisibilidade]

Se no futuro a totalidade ou parte de algum artigo deste acordo se manifestar ilegal ou inexecutável, os outros artigos do acordo, bem como a parte restante do artigo afectado, permanecerão plenamente válidos.

Lisboa, de Setembro de 2003

Álvaro Dâmaso

Presidente do ICP-ANACOM
Autoridade Nacional das Comunicações

Professor Doutor Abel Mateus

Presidente da Autoridade da
Concorrência